

Gestão de Recursos Federais na Escola: PDDE SME-DIACON / 2022



REPASSE DE RECURSOS ÀS APMS ESCOLAS PÚBLICAS



- MUNICIPAL: PTRF Programa de Transferência de Recurso Financeiro (escolas públicas municipais de SP)
- ESTADUAL: FDE Fundação para Desenvolvimento da Educação (escolas públicas estaduais de SP)
- FEDERAL: PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola e ações agregadas (escolas públicas da educação básica) LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009.



PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola

OBJETIVO

Prestar assistência financeira, em caráter suplementar, destinado à promoção de melhorias na infra estrutura física e pedagógica da escola, com a consequente melhora da qualidade da educação.

PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola



Além de destinar recursos às escolas, o PDDE tem por fim promover:

- Participação e controle social;
- Integração do Poder Público/Comunidade/Escola/Família;
- Racionalização e simplificação de procedimentos administrativos;

Autonomia escolar.



PDDE EDUCAÇÃO INTEGRAL

PDDE ESTRUTURA

- Acessibilidade
 - Sala de Recursos

PDDE Básico

PDDE QUALIDADE

- Programa Mais Alfabetização
- -Educação Conectada
 - -Emergencial
- Educação e Família
- -Tempo de Aprender;

O programa engloba várias ações que possuem finalidades e públicos-alvo específicos, embora a transferência e gestão dos recursos sigam os mesmos moldes operacionais do PDDE.



QUALIDADE

- **EMERGENCIAL** Tem como **objetivo** contribuir, supletivamente, para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos de ensino, por razão de calamidade provocada pela pandemia da COVID 19.
- **PROGRAMA MAIS** ALFABETIZAÇÃO O seu objetivo é fortalecer e alicerçar as unidades escolares no processo de alfabetização, para fins de leitura, escrita e matemática, dos estudantes no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental.
- **CONECTADA** Apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade, por via terrestre e satélite, e fomentar o uso de tecnologia digital na Educação Básica.



QUALIDADE

<u>EDUCAÇÃO E FAMÍLIA</u> - tem a finalidade de, no âmbito das escolas públicas de educação básica, fomentar e qualificar a participação da família na vida escolar do estudante e na construção do seu projeto de vida, com foco no processo de reflexão sobre o que cada estudante quer ser no futuro e no planejamento de ações para construir esse futuro.

TEMPO DE APRENDER – é um programa de alfabetização abrangente, cujo propósito é melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do país.

INTEGRAL

EDUCAÇÃO INTEGRAL – Ampliação da jornada escolar para, no mínimo, 7 horas diárias ou 35 horas semanais;



ESTRUTURA

ACESSIBILIDADE — Promover condições de acessibilidade a estudantes da educação especial. Promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas **escolas** públicas de ensino regular.

SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL— Apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado — AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.



CATEGORIAS ECONÔMICAS

CUSTEIO

 Materiais de Consumo e Prestação de Serviços (de acordo com a Resolução FNDE do respectivo Programa)

CAPITAL

 Materiais Permanentes (de acordo com a Resolução FNDE do respectivo Programa)

PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002

DOU de 17.9.2002



APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO MERCADO FINANCEIRO

Os recursos repassados, devem obrigatoriamente ser aplicados em Fundo de Investimentos ou Caderneta de Poupança.

Até 30 dias

Fundo de Aplicação Financeira de Curto Prazo ou Operação de Mercado Aberto Lastreada em Títulos da Dívida Pública.

- A aplicação é feita automaticamente pelo Banco.
- Rendimento Diário.

Mais de 30 (trinta) dias

Caderneta de Poupança

- A aplicação é realizada pelo Administrador da Conta (Presidente da APM).
- Rendimento Mensal.

O gerenciamento da utilização dos rendimentos (custeio/capital), dependerá das decisões de cada Unidade Escolar.

Como Empregar os Recursos



1º Passo:

ATA DE PRIORIDADES

- ·Convocar a comunidade escolar (todas as decisões devem ser registradas em ata).
- Observar as determinações da Resolução do Programa a fim de evitar o desvio de seus objetivos
- Realizar levantamento das necessidades e elencar as prioridades
- ·Divulgar à comunidade escolar

2º PASSO ATA DE CONSOLIDAÇÃO DE PREÇOS

- Realizar maior número possível de pesquisas de preços, mas, no mínimo, 3 (três)
 orçamentos
- Preencher a Consolidação de Pesquisa de Preços com os menores orçamentos obtidos
- •Registrar em ATA os critérios adotados para seleção das Melhores propostas e das empresas que fornecerão os produtos e prestarão os serviços.



Como Empregar os Recursos

Para pagamento de despesas podem ser utilizadas as seguintes opções:

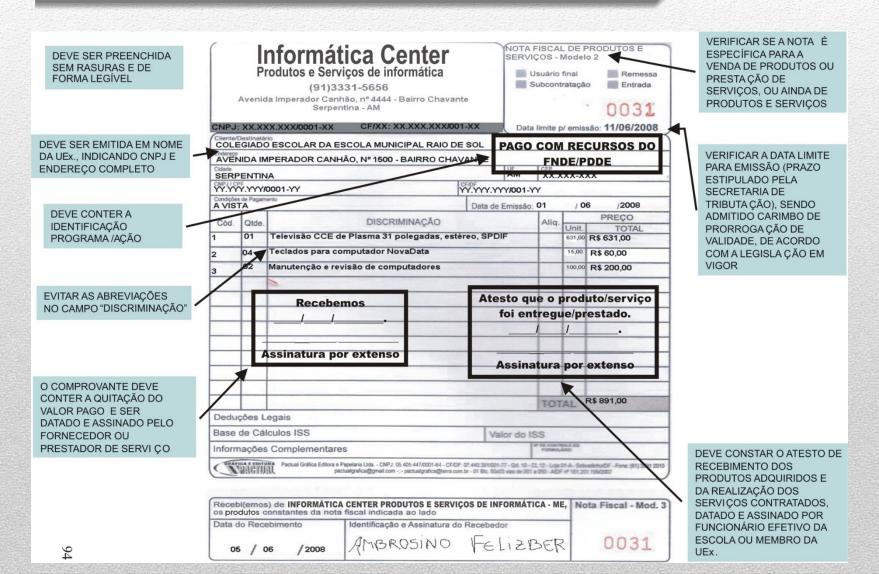
- Cartão PDDE Somente para o PDDE Básico (por enquanto)
- Transferências entre contas do mesmo banco;

3º Passo: PAGAMENTOS

- Transferências entre contas de bancos distintos(TEC/DOC)
- Pagamentos de boletos bancários, títulos ou guias de recolhimento;
- Emissão de Ordem de Pagamento, em favor de pessoas que não possuem conta bancária;
- PIX Apenas para as ações integradas (por enquanto)



PRESTAÇÃO DE CONTAS: NOTA FISCAL



4º Passo: MONTAGEM DA PRESTAÇÃO DE CONTAS



- Nota técnica (formulário padrão para as escolas da SME/SP);
- Extratos conta corrente e Aplicação datados (em ordem cronológica e com Saldo inicial de 01/01/2022 e saldo final de 31/12/2022)
- Demonstrativo de execução da receita, da despesa e de pagamentos efetuados;
- Ofício encaminhando a prestação de contas e os anexos.
- Relação de bens adquiridos ou produzidos;
- Termo de doação;
- · Conciliação bancária;

- Cópia dos cheques emitidos;
- Cópia dos canhotos, pagamento cartão;
- Cópias das notas fiscais;
- Cópia do parecer do Conselho Fiscal da APM;
- Cópia da Ata da Reunião da APM determinando a prioridade dos gastos;
- Cópia da Ata da Reunião da APM da consolidação dos preços;
- Cópia da Ata da Reunião da APM de prestação de contas com aprovação dos gastos efetuados.

NOTAS FISCAIS

- DANFE nota fiscal de compra (Kalunga, Armarinhos Fernando,
 Depósito de material de construção etc.) acompanhada da autorização
 de uso: www.nfe.fazenda.gov.br serviços mais acessados consulta a
 NF-e completa colocar chave de acesso e código exibir autorização
 de uso e imprimir
- Nota Fiscal Serviço retenções ISS DAMSP ELETRONICO (com senha WEB ou certificado digital)
- retenções GPS 11% para todos os serviços no Código 2631 ou Carta de Isenção original assinada pelo prestador e contador com a data da emissão da NFS
- Retenções IR _ DARF 1% para todos os serviços com valor acima de R\$ 1.000,00 no código 1708 ou opção pelo simples nacional (http://www8.receita.fazenda.gov.br)

NOTAS FISCAIS

NFTS/ Intermediária – tomador de serviço fora do município :
 www.nfpaulistana.prefeitura.sp.gov.br (senha WEB ou certificado digital)
 Retenções ISS – DAMSP ELETRONICO (com senha WEB ou certificado digital) prestador fora do município - retenções em todos os serviços
 Retenções GPS – 11% para todos os serviços no Código 2631 ou Carta de Isenção original assinada pelo prestador e contador com a data da emissão da NFS

Retenções IR _ DARF 1% para todos os serviços com valor acima de R\$ 1.000,00 no código 1708 ou opção pelo simples nacional (http://www8.receita.fazenda.gov.br)

- NF MODELO D1 - talão : fotos , chaveiro

DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

- 1- Invasão de Dotação gastos de custeio em capital ou capital em custeio
- **2- Gastos indevidos –** em desacordo com o plano aprovado e sem Ata de Conselho para as devidas mudanças.
- **3- Pagamento antecipado para prestador** cheque anterior ao serviço prestado;
- 4- Pagamento antecipado de material permanente cheque anterior a emissão da NF-e na aquisição de bens permanentes no dia da compra receber cupom fiscal e pedido, sendo que a NF não poderá ultrapassar 5 dias do cupom fiscal (somente em lojas como, Magazine Luiza, Casas Bahia, Ponto Frio, etc.)
- **5- Pagamento de juros** sempre que houver pagamento de juros de qualquer espécie pagar com recursos próprios;

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

1- SIGPC – acesso público SIGPC - Acesso Público

 Acesso à situação da Prestação de Contas

Guarda da documentação.

Toda a documentação das aquisições e contratações deverá ser mantida em arquivo, na sede da escola beneficiária, durante o período de 10 anos, a contar da data de publicação da análise da prestação de contas do FNDE pelo TCU, no Diário Oficial da União.

2 - Site PDDE no Portal do FNDE Site do PDDE

- Área para gestores
- Atualização cadastral
- Monitore do PDDE
- Boletim informativos
- Comunicados
- Cartão PDDE
- Manuais e Orientações

3 - Site PDDE no Portal da SME(EM BREVE)

Dinheiro nas Escolas - PDDE



LEGISLAÇÃO

O PDDE é regido pela Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, e por resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, cujas principias são as seguintes:

RESOLUÇÃO Nº 09, DE 11 DE MAIO DE 2021 Dispõe sobre a prorrogação dos prazos para o envio das prestações de contas de programas e ações educacionais executados ao FNDE, em virtude de habilitação de novos gestores municipais, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO № 14, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021 Dispõe sobre a repactuação dos recursos financeiros disponíveis nas contas bancárias vinculadas ao Programa Dinheiro Direto na Escola para o apoio ao retorno presencial das atividades de ensino e aprendizagem, em todos os níveis, etapas, anos/séries e modalidades da educação básica nacional, em decorrência da pandemia de Covid-19.

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021 Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 19 DE MAIO 2022 Altera a Resolução CD/FNDE nº 14, de 16 de setembro de 2021, que dispõe sobre a repactuação dos recursos financeiros disponíveis nas contas bancárias vinculadas às ações integradas do Programa Dinheiro Direto na Escola para o apoio ao retorno presencial das atividades de ensino e aprendizagem, em todos os níveis, etapas, anos/séries e modalidades da educação básica nacional, em decorrência da pandemia da Covid-19.

DÚVIDAS, ORIENTAÇÕES OU SUGESTÕES

SME - PDDE Prestação de Contas smepddeprestcontas@sme.prefeitura.sp.gov.br

SME/COPLAN/DIACON - PDDE

Adriana Pereira Rocha Fernanda Aparecida Marques Fernandes Hedna Lady Ribeiro Figueredo Benjamim Isabella de Oliveira Neri

